

SZANIECKI,
Bárbara.

*Estética da
multidão.*

Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira,
2007

Em busca de uma estética constituinte

Ecio P. de Salles

De um lado, representações da realeza, de estadistas, de indivíduos que encarnam a unidade do poder. De outro, a paródia e a criatividade das ruas, a expressão estética de lutas, de crítica social e política, que denotam a transversalidade da multidão. Em poucas palavras: o conflito permanente entre imagens de poder e imagens de resistência. Estas são questões que atravessam as páginas do livro recentemente lançado por Bárbara Szaniecki.

Estética da multidão, publicado pela Civilização Brasileira dentro da coleção *A Política no Império*, trafega por dois caminhos distintos que se complementam ao longo da reflexão. Em um deles, elege o cartaz político como o seu objeto de estudo. No outro, propõe para a reflexão teórica sobre o assunto uma articulação de conceitos que considere tanto as condições sociais e os mecanismos de poder nos quais se insere a sua produção, quanto as subjetividades aí constituídas. Aliás, a coleção, coordenada por Giuseppe Cocco, tem o propósito – segundo informa o texto da contracapa – de apresentar ao público brasileiro uma “bibliografia de grande interesse para apreender os desafios da política no império”.

Nesse movimento, Michel Foucault e Antonio Negri surgem como contribuições teóricas decisivas para a abordagem da autora. Sua tentativa é a de encontrar conceitos capazes de dar conta de uma produção não atrelada às instituições do Estado ou às atividades do mercado. “Interessa-nos a possibilidade de uma estética que vá além da racionalidade instrumental característica do cartaz político moderno” (p. 17).

O livro, de 158 páginas, é dividido em três capítulos (fora o dedicado à conclusão): “Espaço social, tempo político e tom – concepção e forma do poder na representação clássica e na estética popular”; “Transformações da soberania – continuidades das imagens do poder, multiplicidades das imagens da potência” e “Soberania imperial e cartazes políticos na contemporaneidade”. Traz ainda um encarte com as 66 imagens que a autora cita em seu texto, oferecendo ilustrações que vão da pintura *Las meninas* (Diego Velázquez, 1656) a fotos de manifestações anti-Bush em 2003, passando por retratos oficiais de estadistas e cartazes do maio de 1968 na França.

No primeiro capítulo, a partir da leitura de base foucaultiana do quadro *Las meninas*, chega-se à crítica de um modo

de soberania que se afirma em seu distanciamento do movimento da vida social. Na representação clássica, o jogo entre o que é revelado e o que é escondido pode ser entendido, conforme sugere a autora, como metáfora da soberania transcendental, a qual se faz a um só tempo “visível para resplender e invisível para dominar” (p. 27). Daí a importância no texto da figura de Luís XIV, o Rei Sol – célebre pelo epigrama “L’État c’est moi” (O Estado sou eu). Baseada em *A fabricação do rei*, estudo de Peter Burke sobre o monarca, Bárbara percebe aí dois aspectos fundamentais do sistema de produção da imagem real: a consciência dos métodos de manipulação da informação e das técnicas do espetáculo, ambos concorrendo para a manutenção do distanciamento social, e “a percepção da necessidade de legitimação da soberania diante dos súditos” (p. 146).

No campo da crítica a esse modelo, a produção iconográfica popular trazia elementos totalmente diferentes, opondo-se à estética uniforme, vertical, individualizada das representações clássicas. Aqui a referência são os estudos de Bakhtin sobre a obra de Rabelais e as fontes populares da cultura na Idade Média e Renascimento. Fontes para as quais o carnaval, com sua oposição à seriedade e à rigidez da cultura oficial, expressava o seu momento festivo, e o realismo grotesco, com suas imagens de imperfeição, inacabamento e a tensão entre rebaixamento e renascimento, fornecia seu traço formal. São duas estéticas distintas e em conflito, no qual “o grotesco foi a forma de expressão daqueles que se opuseram” ao poder dominante, representado pela forma clássica.

O segundo capítulo parte da época tratada no anterior e segue até os acontecimentos insurrecionais de maio de 68. No segmento, entram em jogo as transformações da soberania. Embora as imagens de poder continuem existindo – e, em alguns casos, talvez tenham até reforçado sua presença –, as imagens de potência se multiplicam e também se destacam no período. Poder e potência são conceitos decisivos nesse contexto. Como afirma a autora, ambos produzem formas próprias e distintas. Introduzida por Espinosa no século XVII e retomada contemporaneamente por Antonio Negri, a noção de potência é mais que resistência, que mera reação negativa. Ela é a ação positiva que vai atuar como poder constituinte – mobilidade e transformação – em contraste com a imobilidade e o conservadorismo próprios ao poder constituído.

Nesse capítulo, Bárbara Szaniecki parte da reflexão de Michel Foucault sobre as transformações da soberania

transcendente, procurando “estender dos discursos ‘verbais’ aos ‘visuais’, do *dizível* ao *visível*, de acordo com o vocabulário foucaultiano” (p. 59). Aqui, as multiplicidades da potência, localizáveis, sobretudo, na produção dos cartazes políticos do maio de 68, na França, em especial no trabalho do *Atelier Populaire*. Produzidos por trabalhadores, estudantes e artistas, eles representam a contestação aos saberes e poderes constituídos.

Ao mesmo tempo, esse conflito estético entre formas visuais inspiradas pela linguagem do poder e aquelas que lhes fazem oposição encontra um novo aporte no momento contemporâneo. A partir de *Império*, de Antonio Negri e Michael Hardt, Bárbara retoma a análise da modernidade como crise entre transcendência e imanência para, entre outros movimentos, pensar as novas experiências políticas e estéticas que surgem com as manifestações globais contra a Guerra do Iraque, em 2003.

Nesse processo, a autora faz uso produtivo de todo um novo léxico – trabalho imaterial, multidão, comum – para pensar as novas formas de organização e produção biopolíticas, as quais são quase sempre colaborativas, mobilizam aspectos antes negligenciados, como capacidade intelectual, comunicativa e afetos singulares. Com isso, logra transpor certos conceitos da teoria política – notadamente a foucaultiana e negriana – para o campo estético. Daí, por exemplo, a sugestão de uma “estética constituinte”, balizada pela noção de “poder constituinte”, constante nas análises políticas de Antonio Negri.

Atenta aos contextos de cada época e às mudanças tecnológicas, outro acerto da autora é o de voltar seu olhar não apenas para o suporte em papel, tradicional meio de expressão dos cartazes políticos: “Pesquisamos os cartazes que circulam nos espaços públicos virtuais e reais, nos sites de Internet e nas ruas das cidades” (p. 150).

Seu recorte, ao longo dos três momentos do livro, se coloca como um estudo de iconografias representativas dos esforços do poder constituído em conservar, e eventualmente exacerbar, sua posição privilegiada e, por outro lado, dos esforços criativos de resistência a esse processo, no sentido de constituir o novo, de produzir o comum. Esse processo conduz à idéia de uma estética que se inscreva ela própria na carne da multidão, uma estética constituinte, como propõe a autora. O poder constituinte, explica Negri, é a dinâmica organizacional da multidão. E as atuais manifestações globais, completa Bárbara, são a sua expressão estética. “Ao não reconhecer limites espaciais e temporais, essa dinâmica cria uma estética

constituente: o evento, inversão carnavalesca do espetáculo da mídia oficial” (p. 143).

Nesta altura, já ao fim do terceiro capítulo – imediatamente antes do capítulo conclusivo (onde repassa as principais questões de cada parte do livro) – a autora propõe uma indagação que parece decisiva em seu trabalho: “Seria o evento a forma da imanência?” (p.243). Em face dos problemas colocados no livro, essa parece ser uma chave importante para a compreensão de outros aspectos da *estética da multidão*, ou da *estética constituinte*. Certamente não uma chave para fechar o raciocínio, antes para abri-lo. Em seu ponto final, Bárbara Szaniecki retoma a pergunta que ela talvez tenha perseguido o tempo todo. E deixa ao leitor a inquietação sobre os possíveis desdobramentos futuros para essa questão.

ECIO P. DE SALLES é doutorando do Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ.